

A “RESTAURAÇÃO DE PALMARES” E A CONSOLIDAÇÃO DA PRESENÇA PORTUGUESA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA CARTA DO GOVERNADOR DE PERNAMBUCO AO REI DE PORTUGAL (1694)

Aspirante Rodrigo Regal de Castro

A Coroa Portuguesa atravessou diversos obstáculos no processo de colonização desde que os lusos se estabeleceram no Novo Mundo, durante o século XVI. Para a conquista e consolidação do território, os portugueses comercializaram, negociaram e combateram com os povos nativos. Além disso, a Coroa precisou expulsar franceses, ingleses e holandeses que se apropriavam de terras brasílicas, gerando conjunturas de guerra, como por exemplo a ocupação francesa na atual Ilha de Villegagnon e as invasões holandesas em Pernambuco.

Porém, havia outro importante fator que preocupava a realeza lusa, apresentando-se como uma séria ameaça para a consolidação do território colonial: a presença dos quilombos. Esses quilombos eram sociedades formadas majoritariamente por escravizados fugidos, que se agrupavam na mata. Sabe-se que “[desde o] tempo que houve negros cativos nestas capitânicas, começaram a ter habitadores os Palmares” (ALENCASTRO, 2010, p. 19). Com o enfraquecimento da presença de Portugal no Oriente, e a expansão do mercado açucareiro, os engenhos de açúcar se multiplicavam na América e, com eles, expandia-se o lucrativo tráfico negreiro no Atlântico. Dessa forma, milhões de africanos escravizados chegaram ao Brasil por mais de três séculos, oriundos de diversas regiões e etnias. É evidente que desde que chegaram aqui, sempre ocorreu a fugas das senzalas e, posteriormente, a formação dos quilombos.

O Quilombo dos Palmares foi o maior e mais famoso deles, possuindo interferência direta na história do Brasil, influenciando inclusive a cultura e o imaginário popular, principalmente no que tange às discussões, em diversos níveis, em torno de um dos seus principais líderes: o Zumbi.

De fato, o episódio de Palmares pode ser analisado a partir de diversos pontos de vista. Este artigo, contudo, não pretende refazer o debate em torno dessas questões, mas sim analisar uma carta do governador de Pernambuco sobre Palmares, datada de 1694, em que defende que a permanência do Quilombo seria uma ameaça tão severa ao território luso como as invasões holandesas. A carta de Caetano de Melo e Castro está datada de 18 de fevereiro de 1694 e foi redigida em comemoração à vitória sobre a Guerra dos Palmares. Nela, o governador busca vangloriar-se da “Restauração de Palmares”, ou seja, da reconquista de um território que teoricamente pertencia à Coroa portuguesa, mas se mantinha habitado e governado, na prática, por palmaristas, que não deviam submissão efetiva a Portugal.

A existência dos quilombos transformava a realidade colonial. A população e o território ocupado por Palmares chegaram a proporções inimagináveis, ocasionando em quase um século de expedições armadas fracassadas. As dimensões e significado do quilombo, o teatro das batalhas, situado no atual sertão nordestino, potencializando as peculiaridades e dificuldades da natureza, da geografia, bem como as tentativas de acordos com as lideranças palmaristas, as tropas brasílicas mobilizadas na luta, o envolvimento dos paulistas, junto com a esperança de recompensas da Coroa Portuguesa, são alguns aspectos que sublinham a importância de a historiografia correlata permanecer com as investigações em torno de Palmares.

Da carta, encontrada entre os documentos catalogados por Ernesto Ennes (1938), pode-se obter importantes aspectos sobre a destruição de Palmares, especificamente o que esse representava para a sociedade

da época. O governador busca descrever os principais aspectos da batalha e quais benefícios que aquela vitória geraria para os moradores da capitania e para a Coroa lusa.

Melo e Castro começa a carta mencionando a vitória contra Palmares como gloriosa, e salienta que “não se avalia por menos que a expulsão dos holandeses”, sucedida quarenta anos antes. De fato, as invasões holandesas no Brasil durante o século XVII foram causa dos maiores conflitos do período colonial. Holanda invadiu Salvador e Pernambuco por duas vezes, criando, em Pernambuco, uma colônia em terras americanas. O Conselho Ultramarino, órgão de governação e consulta criado por Portugal em 1642, concentrou esforços para combatê-los, conseguindo finalmente expulsá-los em 1654, sendo considerada a mais importante vitória para a consolidação do território colonial português.

Conforme dito acima, a destruição de Palmares é comparada ao evento supracitado pelo autor, evidenciando a relevância desse episódio para o Brasil colônia. Atualmente, esses dois momentos históricos não são perfeitamente comparáveis e não estão sempre analisados em um mesmo estudo acadêmico. De fato, sabe-se que as invasões holandesas demandaram maior atenção das autoridades da época, além de maior uso de militares e armamento, sendo primordial para a soberania portuguesa no Brasil. Porém, ao escrever que a “Restauração de Palmares” não se avalia por menos que esse grande feito, o governador provoca a discussão sobre a real importância da Guerra dos Palmares.

No que se segue, Caetano de Melo e Castro escreve que a vitória foi festejada por seis dias sem que houvesse disto se lhes ordenassem, demonstrando um grande alívio da sociedade de Pernambuco com a destruição do quilombo. A presença dos quilombos era vista com grande temor pelos moradores da capitania por dois principais motivos: as recorrentes denúncias de assaltos e sequestros promovidos pelos moradores de Palmares e pelo medo de que o exemplo de um quilombo bem sucedido pudesse influenciar os escravos nos engenhos.

Segundo Alencastro (2010, p. 18), “na lista dos estragos causados por Palmares, o governador de Pernambuco mencionava as queixas dos moradores

de Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém sobre as hostilidades, mortes e roubos de mulheres que fazem os negros levantados”. Com efeito, no sétimo parágrafo da carta, o Governador diz que a produção dos engenhos que circundavam Palmares retornaria aos seus antigos rendimentos, porque esses foram livres das “insolências, roubos e mortifícios destes rebeldes”. Dessa forma, com o fim da violência ao redor de Palmares, novas oportunidades de terras produtivas seriam de grande valia para o mercado açucareiro.

As vantagens econômicas eram tão expressivas após a “Restauração de Palmares” que o Governador, já no final da carta, diz que a partir daquele momento nascia um “Novo Pernambuco”, e que nas terras reconquistadas seriam construídos “grandiosos engenhos”. Sabendo que os quilombos ocupavam um grandioso território, e que o mercado açucareiro estava em expansão, pode-se observar, portanto, um certo sentimento de “restauração” de espaços potencialmente produtivos, que não estavam sendo utilizados para o lucro da Coroa Portuguesa, e que poderiam ser repartidos entre vencedores.

Contudo, não eram apenas os “ataques” dos moradores dos quilombos que amedrontavam os colonos, mas própria a existência de Palmares. Eles temiam que o exemplo de um quilombo bem sucedido pudesse influenciar e incentivar mais fugas de escravos e uma possível rebelião, podendo antecipar o que acontecera na Ilha de São Domingos, um século depois (ENNES, 1938, p. 24). Logo, a destruição de Palmares deveria ser um exemplo aos escravos nas senzalas do que um possível ato de rebeldia poderia ocasionar.

Tanto é assim que o Padre Antônio Vieira escreveu que uma tentativa de acordo e uma possível concepção de liberdade aos palmaristas poderia promover “outros tantos Palmares”, incentivando assim, a plena destruição do quilombo:

Só um meio havia eficaz e efetivo para verdadeiramente se reduzirem, que era concedendo-lhe Sua Majestade e todos seus senhores espontânea, liberal e segura liberdade, vivendo naqueles sítios como os outros índios e gentios livres, e que então os padres fossem seus párocos e os doutrinassem como

aos demais. Porém esta mesma liberdade assim considerada seria a total destruição do Brasil, porque conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido o ficar livres, cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho, seriam outros tantos Palmares, fugindo e passando-se aos matos com todo o seu cabedal, que não é outro mais que o próprio corpo (VIEIRA apud AZEVEDO, 1928, p. 321).

No segundo parágrafo da carta, Melo e Castro se atém às dificuldades que as expedições brasileiras encontraram e a grande estrutura formada em Palmares. De fato, os quilombos localizados na Serra da Barriga chegaram a enormes proporções, ocupando uma imensa área no sertão do atual Nordeste. O maior deles chegou a população de 6.000 pessoas, segundo especialistas. Lá eles criaram uma sociedade com estrutura política e normas particulares, que atraíam vários tipos de grupos sociais, não apenas escravos fugitivos, mas também negros libertos, mulatos, índios mansos, e até brancos criminosos e desertores. Com essa grande estrutura criada, mostraram grande resistência às expedições portuguesas, possuindo conhecimentos e armas de guerra, inclusive alianças com alguns setores da sociedade.

Na carta, o governador cita que os moradores dos quilombos conheciam a natureza local e eram confiantes na defesa de seu território, possuíam numerosos defensores e construíram uma grande estrutura. Com isso, muito esforço e dinheiro foi investido nas tentativas de destruição de Palmares, em um primeiro momento pelos próprios fazendeiros da capitania de Pernambuco, e posteriormente pelo Conselho Ultramarino, reunindo tropas brasileiras “para se extinguir esses negros de uma vez” (ALENCASTRO, 2010, p. 18).

É interessante notar que as tropas que combatiam em Palmares eram compostas principalmente por bandeirantes paulistas, com grande experiência em terras brasileiras e na dominação de povos indígenas, e pelos comandantes brasileiros que lutaram em guerras africanas. Como explica Alencastro (2010, p. 25) “os paulistas têm uma presença marcante na Serra da Barriga. Juntando sua prática de redes anti-indígenas

à experiência dos veteranos de guerras contra sovos angolanos, índios e quilombos, eles fecharam o cerco a Palmares”.

Já no terceiro parágrafo, o Governador diz que “temeu-se muito a ruína destas capitânias”, mais uma vez destacando a ameaça que a continuação de Palmares representava e ainda diz temer a união dos “escravos todos”, mais uma vez fortalecendo a questão que a “Restauração de Palmares” foi de suma importância para a época. Nesse sentido, o governador diz que foi pessoalmente à região, mostrando o grau de emergência daquela situação.

Os negros, ao descobrirem a chegada dos combatentes, já enfraquecidos e com pouca munição, fugiram do lugar onde estavam. Foi então que as tropas brasileiras conseguiram cercar os fugitivos e atiraram sobre eles com uma “carga de espingardaria”, quando mataram muitos; mas outros fugiram feridos e, com seu sangue derramado, acabaram guiando as tropas.

Não aceitando voltar para o domínio português, “se despenhou grande parte deles de uma rocha tão alta que se fizeram em pedaços”, ou seja, muitos preferiram a morte do que a volta à escravidão e a punição que os esperavam. Do mesmo modo que Alencastro cita sobre a morte do rei do Dongo, que recusando-se a se entregar aos portugueses, pediu que lhe cortassem a cabeça (ALENCASTRO, 2010, p. 9)

Quando amanheceu o dia, pôde-se ver quinhentos mortos e cerca de seiscentos prisioneiros. Depois de décadas de batalhas e dezenas de expedições, finalmente em 1664 obteve-se a “Restauração de Palmares”. Após a vitória, o governador comemorava dizendo que eles se viram “livres da maior opressão que pode-se imaginar-se”, e volta a citar as vantagens econômicas, territoriais e políticas daquela conquista.

No final da carta, depois de vangloriar-se mais uma vez sobre a vitória contra Palmares e dar ao evento uma importância inflamada, Melo e Castro promete fidelidade ao Rei, e diz que dará seu sangue para que ocorram outras repetidas vitórias e possa castigar “todos aqueles que falem à sua devida obediência”.

É importante não desvencilhar os acontecimentos descritos na carta com o contexto em que foi escrita, considerando que são palavras de um governador de uma capitania. Pode-se interpretar um interesse político

envolvido nas palavras de Caetano de Melo, implícito no pedido de recompensas à Coroa. Sabe-se que as relações daquela época eram baseadas em vínculos de vassalagem, e que a carta retrata a visão e intenção de um indivíduo, não sendo, portanto, imparcial. À luz da historiografia contemporânea, que tem sublinhado a importância do sistema de mercês como elemento motivacional para a participação em guerras, é relevante observar que o Governador provavelmente sobrevalorizava o evento para inflacionar as honras daqueles que lutaram em nome da Coroa e que esperavam, desse modo, ser recompensados. Porém, não se pode também deixar de levar em consideração as caracterizações aqui mencionadas, que evidenciam que o Quilombo dos Palmares foi percebido no século XVII como uma séria ameaça para o território português na América, e que sua destruição foi de importância para a hegemonia portuguesa no Estado do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares. In Flávio Gomes (org.). *Mocambos de Palmares. História, historiografia e fontes*. Rio de Janeiro, 7Letras editora/FAPERJ, 2010, p. 61-99.
- ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. Prefácio de Afonso de E. Taunay. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- FILHO, Luiz Pedro Dário Filho. Segurança jurídica no ultramar: Domingos Jorge Velho, Conselho Ultramarino e o contrato de guerra aos Palmares. *Revista História (UNICAP)*, v. 6, n. 12, 2019.
- LARA, Silvia Hunold. *Palmares & Cucuí: o aprendizado da dominação*. Tese à categoria de Professor Titular. Campinas: Unicamp, 2009.